TABELA DE SUBSÍDIO DO IJSN
Vigência a partir de 1º/01/2010

CLASSES	Padrões																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
I	4.530,24	4.620,84	4.713,26	4.807,53	4.903,68	5.001,75	5.101,79	5.203,82	5.307,90	5.414,06	5.522,34	5.632,78	5.745,44	5.860,35	5.977,56	6.097,11	6.219,05
II	4.983,26	5.082,93	5.184,59	5.288,28	5.394,05	5.501,93	5.611,96	5.724,20	5.838,69	5.955,46	6.074,57	6.196,06	6.319,98	6.446,38	6.575,31	6.706,82	6.840,95

CLASSES	Padrões																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
I	3.744,00	3.818,88	3.895,26	3.973,16	4.052,63	4.133,68	4.216,35	4.300,68	4.386,69	4.474,43	4.563,92	4.655,19	4.748,30	4.843,26	4.940,13	5.038,93	5.139,71
II	4.118,40	4.200,77	4.284,78	4.370,48	4.457,89	4.547,05	4.637,99	4.730,75	4.825,36	4.921,87	5.020,31	5.120,71	5.223,13	5.327,59	5.434,14	5.542,82	5.653,68
III	4.530,24	4.620,84	4.713,26	4.807,53	4.903,68	5.001,75	5.101,79	5.203,82	5.307,90	5.414,06	5.522,34	5.632,78	5.745,44	5.860,35	5.977,56	6.097,11	6.219,05
IV	4.983,26	5.082,93	5.184,59	5.288,28	5.394,05	5.501,93	5.611,96	5.724,20	5.838,69	5.955,46	6.074,57	6.196,06	6.319,98	6.446,38	6.575,31	6.706,82	6.840,95

ANEXO V, a que se referem os artigos 19, 21 e 22

Tabela de Enquadramento Horizontal

TEMPO DE SERVIÇO	REFERÊNCIAS
até 3 anos	1
de 3 a 5 anos	2
de 5 a 7 anos	3
de 7 a 9 anos	4
de 9 a 11 anos	5
de 11 a 13 anos	6
de 13 a 15 anos	7
de 15 a 17 anos	8
de 17 a 19 anos	9
de 19 a 21 anos	10
de 21 a 23 anos	11
de 23 a 25 anos	12
de 25 a 27 anos	13
de 27 a 29 anos	14
de 29 a 31 anos	15
de 31 a 33 anos	16
Acima de 33 anos	17

LEI COMPLEMENTAR Nº 500

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 31.01.1994.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono

Art. 1º Os dispositivos da Lei Complementar nº 46, de baixo enumerados, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38. Estágio probatório é o período de 3 (três) anos em que o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo ficará a contar da data do início de seu exercício e, durante o qual, será avaliada sua aptidão e capacidade para permanecer no exercício do

§ 1º Ficam os Poderes do Estado autorizados a regulamentar a matéria e a instituir Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.

§ 2º O servidor público, ao ser investido em novo cargo de provimento efetivo, não estará dispensado do cumprimento integral do período de 3 (três) anos de estágio probatório no novo cargo.

§ 3º Na hipótese de acumulação legal, o estágio probatório deverá ser cumprido em relação a cada cargo para o qual o servidor público tenha sido nomeado." (NR)

"Art. 39. Durante o período de estágio probatório será observado, pelo servidor público, o cumprimento dos seguintes requisitos, a serem disciplinados em regulamento:

I - idoneidade moral e ética;

- II - disciplina;
- III - dedicação ao serviço;
- IV - eficiência.

§ 1º Os requisitos, de que trata o caput deste artigo, serão avaliados semestralmente, conforme procedimento a ser estabelecido em regulamento.

§ 2º A qualquer tempo, e antes do término do período de cumprimento do estágio probatório, se o servidor público deixar de atender a um dos requisitos estabelecidos neste artigo, as chefias mediata e imediata, em relatório circunstanciado, informarão o fato à Comissão de Avaliação para, em processo sumário, promover a averiguação necessária, assegurando-se em qualquer hipótese, o direito de ampla defesa." (NR)

"Art. 40. Será exonerado o servidor em estágio probatório que, no período de cumprimento do estágio, apresentar qualquer das seguintes situações:

I - não atingir o desempenho mínimo estipulado em regulamento;

II - incorrer em mais de 30 (trinta) faltas, não justificadas e consecutivas ou a mais de 40 (quarenta) faltas não justificadas, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses;

III - sentença penal condenatória irrecorrível." (NR)

"Art. 41. Durante o cumprimento do estágio probatório, o servidor que se afastar do cargo terá o cômputo do período de avaliação suspenso enquanto perdurar o afastamento, exceto nas seguintes hipóteses, nas quais não haverá suspensão:

I - nos casos dos afastamentos previstos no artigo 30, incisos I, II, III, IV e V, alíneas "a" e "b", e artigo 57;

II - por motivo das licenças previstas no artigo 122, incisos I e II, por até 60 (sessenta) dias, no período de estágio probatório;

III - nos casos de exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito do Poder Público Estadual.

Parágrafo único. Ao servidor público em estágio probatório não serão concedidas as licenças previstas no artigo 122, V e VIII." (NR)

"Art. 42. A avaliação final do servidor em estágio probatório será homologada, no âmbito do Poder Executivo, pelo Secretário de cada Pasta, na Administração Direta, e pelo dirigente máximo de cada entidade, na Administração Indireta, dela dando-se ciência ao servidor interessado.

§ 1º Caberá aos Poderes Legislativo e Judiciário estabelecer a autoridade competente para a homologação da avaliação final do servidor em estágio probatório pertencente aos seus respectivos quadros.

§ 2º Das avaliações funcionais do servidor caberá recurso dirigido à Comissão de Avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, a contar da ciência do servidor em estágio probatório.

§ 3º O recurso deverá ser instruído com as provas em que se baseia o servidor em estágio probatório interessado em obter a reforma da avaliação funcional, sendo-lhe assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O recurso da avaliação funcional do servidor em estágio probatório deverá ser concluído no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, admitida apenas 1 (uma) prorrogação por igual prazo, em face de circunstâncias excepcionais, devidamente justificadas.

(...)." (NR)

"Art. 43. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquire estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o parágrafo único do artigo 43 da Lei Complementar nº 46/94 e todas as disposições contidas na legislação estadual que estabeleçam estágio probatório inferior a 3 (três) anos.

Palácio Anchieta, em Vitória, 26 de Outubro de 2009.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

DECRETOS

DECRETO Nº 1162-S, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009.

Abre à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento o Crédito Suplementar no valor de R\$ 320.000,00 para o fim que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 91, inciso III da Constituição Estadual, e tendo em vista a autorização contida no art. 6º, inciso I da Lei Nº 9.111, de 15 de janeiro de 2009, e o que consta do Processo Nº 46039252;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento o Crédito Suplementar no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), para atender a programação constante do Anexo I

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no Artigo 1º, serão provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Anchieta, em Vitória, aos 27 de outubro de 2009, 188º da Independência, 121º da República e 475º do início da Colonização do Solo Espírito-santense.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado

AUDIFAX CHARLES PIMENTEL BARCELOS

Secretário de Estado de Economia e Planejamento

BRUNO PESSANHA NEGRIS

Secretário de Estado da Fazenda

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO					R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	F	VALOR	
27.000	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO				
27.201	INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES				
0412102021.238	GERENCIAMENTO DOS PROJETOS FINANCIADOS PELO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM RECURSOS DA DESESTATIZAÇÃO - FRD	3.3.50.39.00	3101	320.000	
	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica				
TOTAL					320.000

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANEXO II - ANULAÇÃO					R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	F	VALOR	
27.000	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO				
27.101	ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
0412106992.227	ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ORÇAMENTO	3.3.90.35.00	4101	320.000	
TOTAL					320.000

DECRETO Nº 1163-S, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009.

Abre à Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos o Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.863.465,00 para o fim que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 91, inciso III da Constituição Estadual, e tendo em vista a autorização contida no art. 6º, incisos I, III e IV alínea "b" da Lei Nº 9.111, de 15 de janeiro de 2009, e o que consta dos Processos Nºs 46992219 e 46992308;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos o Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.863.465,00 (Hum milhão, oitocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais), para atender a programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no Artigo anterior serão provenientes de anulações parciais de dotações orçamentárias, indicadas no Anexo II e do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2008 no valor de R\$ 1.071.794,89 (Hum milhão, setenta e um mil, setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 27 de outubro de 2009, 188º da Independência, 121º da República e 475º do início da Colonização do Solo Espírito-santense.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado

AUDIFAX CHARLES PIMENTEL BARCELOS

Secretário de Estado de Economia e Planejamento

BRUNO PESSANHA NEGRIS

Secretário de Estado da Fazenda

RICARDO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos

MARCELO FERRAZ GOGGI

Secretário de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

"TODO MEDICAMENTO DEVE SER MANTIDO FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS"